

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: EXPRESSÕES DO PENSAMENTO CONSERVADOR NO SERVIÇO SOCIAL

MELISSA FERREIRA PORTES¹

FERNANDA DOS SANTOS DA COSTA²

RESUMO

O presente artigo é fruto das reflexões tecidas na disciplina Serviço Social: movimento histórico e tendências teórico-metodológicas de um programa de pós-graduação stricto sensu, na área de Serviço Social e Política Social de uma Universidade Pública Estadual do Estado do Paraná. Na trajetória sócio-histórica da profissão de Serviço Social, no Brasil é nítida a identificação da presença do pensamento conservador, cristão e positivista, da sua gênese à contemporaneidade.

Palavras-chave: Conservadorismo. Serviço Social. Formação Profissional

ABSTRACT

This review is the result of reflections woven in the discipline Social Work: historical movement and theoretical-methodological trends of a graduate program, stricto sensu, in the area of Social Work and Social Policy at a State Public University in the State of Paraná. In the socio-historical trajectory of the Social Work profession in Brazil, it is clear to identify the presence of conservative, Christian and positivist thought, from its genesis to contemporaneity.

Keywords: Conservatism. Social service. Professional qualification

¹ Universidade Estadual de Londrina

² Universidade Estadual de Londrina

INTRODUÇÃO

O artigo é fruto das reflexões tecidas na disciplina *Serviço Social: movimento histórico e tendências teórico-metodológicas* de um programa de pós-graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social e Política Social de uma Universidade Pública Estadual do Estado do Paraná.

A partir dos debates e discussões sobre o conservadorismo, tomando-se como referência a bibliografia indicada no programa da disciplina, este artigo tem como objetivo apresentar como vem-se construindo a reatualização do pensamento conservador na formação e no exercício profissional do/a assistente social.

Este texto está organizado em dois momentos. Inicialmente, discutiremos sobre a origem do pensamento conservador, seus alicerces, sua estrutura e os principais autores que discorrem sobre a temática, dentre eles Edmund Burke e Robert Nisbet. No segundo momento, refletiremos sobre como o pensamento conservador reeditou-se no governo Bolsonaro e os rebatimentos que isso trouxe para a formação e para o exercício profissional do/a assistente social, com destaque para as produções de SOUZA (2015), CANTALICE (2016), SANT'ANA; SILVA (2020).

O PENSAMENTO CONSERVADOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nunca carecemos tanto de uma análise sobre o pensamento conservador como atualmente. Vivenciamos um contexto temeroso, tangenciado pelas novas manifestações e expressões da questão social, agudizando a desigualdade social, o desemprego estrutural, a precarização das relações do trabalho, o fascismo, o neonazismo, a xenofobia, o racismo, e o patriarcado, decorrentes das transformações do capitalismo contemporâneo e da ascensão dos governos de ultradireita no panorama internacional, em particular, após o ano de 2010.

No Brasil, foi possível identificar profundas marcas do pensamento conservador no contexto político com o ex-presidente Bolsonaro, que legitimou e reforçou o discurso e a prática antirrevolucionárias, questionando os direitos humanos e sociais, negando a ciência e investindo no desfinanciamento das políticas públicas e na privatização dos serviços sociais.

É importante destacar que não foi com o governo do Bolsonaro que o conservadorismo emergiu nas relações sociais e no Serviço Social, mas o mesmo acentou-se e foi legitimado em

sua gestão. Em outros governos, os pactos conservadores também fizeram-se presentes, oscilando entre mudança e conservadorismo, resistência e opressão, avanços e retrocessos.

A matriz ideológica do conservadorismo ancora-se no pensamento de Edmund Burke (1790) e desenvolve-se no contexto da moderna sociedade de classe, estruturando-se como uma reação ao Iluminismo e às transformações promovidas pela Revolução Francesa.

Reconhecido como fundador do pensamento conservador clássico no século XVIII, Burke apresenta um conjunto de elementos/características que têm sido reeditadas no contexto atual, atendendo às conjunturas históricas. A obra do referido autor, publicada em 1790, e intitulada “Reflexões sobre a Revolução da França”, estabelece-se como marco da tradição conservadora.

Para Burke (1982), é preciso combater as práticas antirrevolucionárias e contrarrevolucionárias, porque as mesmas ameaçam a ordem vigente e a coesão social. Os indivíduos ou grupos/movimentos sociais que coadunam-se com esses valores são identificados como “inimigos da sociedade”, porque colocam em questão a normalidade e a naturalização da ordem estabelecida.

Há uma extrema simpatia dos conservadores pelo passado, que é reconhecido como *terra firme*. Daí decorre a aversão à Revolução Francesa, tida por eles como uma grande catástrofe.

Para os conservadores, as mudanças constituem-se um perigo, uma ameaça e só devem ocorrer desde que não afetem a estrutura da sociedade e das instituições, a tradição e o passado. Sendo assim, a desigualdade social é naturalizada e a pobreza é aceita como necessária. O preconceito, a autoridade e o poder são tidos como necessários, como afirma Nisbet (1987), um dos sucessores de Burke.

Nisbet menciona que os conservadores veneram o “antigo e tradicional: a crença de que, por muito obsoleta que uma dada estrutura ou *modus vivendi* possa ser, pode existir nela uma função progressiva e ainda vital, de que o homem tira proveito psicológica ou sociologicamente” (NISBET, 1987, p. 54).

O pensamento conservador também dissemina a importância da religião, da moral e a intervenção dessas no Estado. Para Burke, o Estado e a sociedade constituem uma ordem natural eterna e divinamente, renunciando aos ideais de democracia e justiça social. Não se deve, para o pensamento conservador, valorizar de forma extrema o conhecimento lógico e científico, pois há um poder sobrenatural que precisa ser reconhecido e respeitado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O conservadorismo clássico (1789-1914) sofre algumas alterações ao longo do decurso histórico, inovando, mas preservando algumas de suas características iniciais. Mudanças essas são próprias da dinâmica contraditória da sociedade capitalista e da fase monopólica do capital.

Nesse sentido, o pensamento conservador vai metamorfoseando-se e reeditando-se conforme o movimento histórico e as particularidades de cada país. No início do século XX, emergiram novos conservadores. Para Souza (2015), na tentativa de fazer uma síntese, é possível afirmar que o conservadorismo moderno, em linhas gerais:

[...] opera a desistoricização do tempo presente, baseada numa concepção de mundo "presentista"; há uma aproximação entre o sistema de ideias conservador e outras tradições de pensamento da burguesia: o liberalismo, o pragmatismo e o empirismo; o conservadorismo moderno também hiperdimensiona e hipostasia o saber prático; faz uma dura crítica ao racionalismo e procura distância do irracionalismo, entronizando uma concepção de razão extraída das formulações positivistas; valoriza a função das tradições no processo de individuação; engrossa a fileira da defesa de reformas sociais que não afetem a estrutura da sociedade vigente e, nesse sentido, coloca-se como o veículo prudente para conduzir as "mudanças necessárias", sem recair nas variadas formas de "totalitarismo" (SOUZA, 2015, p. 19).

As características acima podem ser localizadas de forma acirrada na conjuntura brasileira com a gestão do Bolsonaro em diferentes aspectos: social, econômico, político e cultural.

Faz-se importante ressaltar que a refuncionalização das políticas sociais tem sido um elemento de permanência quando se analisa a reedição e o recrudescimento do conservadorismo no Brasil.

Temos assistido e vivenciado, no cotidiano brasileiro, desde a década de 90 do século passado, um processo de intensificação de políticas de contrarreformas, marcadas pela regressão e expropriação dos direitos conquistados, mercantilização e privatização dos serviços sociais. Esse cenário alargou as desigualdades sociais entre as classes e intensificou a pobreza (IAMAMOTO, 2019).

A agudização da desigualdade social nas últimas décadas tem sido enfrentada através de políticas e programas sociais focalizados, seletistas e paternalistas, que estão longe de amenizarem o quadro social e melhorarem as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Nos últimos vinte anos, as estratégias adotadas pelos governos foram pautadas na descentralização e no incentivo às parcerias com o setor privado, atacando o fundo público e retrocedendo nas garantias constitucionais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para agravar o quadro social, econômico e político já existente no Brasil, a eleição de 2018, consagrou a hegemonia do capital, com um representante da elite burguesa, reacionária e religiosa.

[...] é um complexo produto que articula, de forma explosiva, o conservadorismo-reacionário historicamente edificado a partir da base colonial dependente, instabilidades permanentes na periferia do capitalismo mundial e a atual crise estrutural do capital cada vez mais incapaz de gerenciar suas próprias contradições. [...] De perfil protofascista (FONTES, 2019), sustentado no lema “Deus, Pátria e Família”, o atual governo brasileiro articula autoritarismo, militarismo, obscurantismo, fundamentalismo religioso, irracionalismo e mídias sociais (como fontes informais e formais de desinformação), processo este financiado por setores de extrema direita, declaradamente neoliberais e submissos ao imperialismo norte-americano. O velho-novo “fascismo brasileiro” deve ser elucidado associando marcas históricas brutalmente opressoras e sua modernização a partir de condições até então inéditas (SANT’ANA; SILVA, 2020, p. 357).

Em meio ao século XXI, o país apresentou fortes resquícios tradicionalistas. O avanço do conservadorismo contribuiu para escancarar todo o tipo de discriminação: de raça, etnia, orientação sexual, dentre outras. Os crimes de violência contra as pessoas heterossexuais e negra acentuaram-se no governo bolsonarista de extrema direita, acometendo as condições de vida, trabalho e acesso digno à riqueza socialmente produzida (SANT’ANA; SILVA, 2020).

Nas últimas décadas, o Serviço Social brasileiro vem demonstrando resistência ao tradicionalismo profissional e seu fundamento conservador, buscando apropriar-se criticamente da profissão, às requisições do seu tempo, qualificando-a academicamente (IAMAMOTO, 2019).

O PENSAMENTO CONSERVADOR NA TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DA PROFISSÃO

Na trajetória sócio-histórica da profissão de Serviço Social no Brasil, é nítida a identificação da presença do pensamento conservador, cristão e positivista, da sua gênese à contemporaneidade.

A influência da natureza doutrinária na formação dos primeiros assistentes sociais e a fundamentação filosófica do Neotomismo, no período da gênese da profissão no Brasil (1936), demarcam a presença do pensamento conservador cristão, tanto na formação como no exercício profissional.

O conservadorismo positivista também adentra na profissão pós-período de institucionalização, ancorado em matrizes teóricas derivadas do estrutural-funcionalista cuja



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

explicação da realidade se dá de forma linear, a-histórica e despolitizada. O/a assistente social passa a ser considerado um técnico bem treinado que respalda seu exercício profissional nos padrões de eficiência e efetividade, desenvolvendo funções técnico-burocratas na implementação de políticas desenvolvimentistas. São requisitados do profissional o desenvolvimento de funções de ajustamento social, de controle comportamental e moral da classe trabalhadora, em um contexto de autocracia burguesa e de ditadura.

O ecletismo e o sincretismo, segundo Souza (2015) são formas peculiares da manifestação do pensamento conservador na profissão à exemplo do que representou o processo de renovação do Serviço Social Brasileiro, a partir de 1965, nas suas direções de modernização conservadora e reatualização do conservadorismo.

Esse cenário político e ideológico contribuiu para a constituição de um movimento reacionário no interior do Serviço Social, tendo em vista que a profissão não é imune à tais mediações, uma vez que ela própria é expressão e resultado das relações sociais. Nas palavras de Barroco (2015, p. 634), “a profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários”.

Trata-se de uma disputa no campo teórico e político e na profissão de Serviço Social. Tanto na formação como no exercício profissional, é perceptível a tensão que se coloca com análises e produções teóricas embebidas do pensamento conservador, a exemplo da racionalidade pós-moderna, dentro e fora do marxismo.

Santos (2007), em pesquisa realizada, revelou que, no Serviço Social, a incorporação da pós-modernidade vem ocorrendo por autores do campo conservador, ou seja, aqueles que sempre opuseram-se à direção da intenção de ruptura como também no campo marxista, cuja aproximação da teoria é fundamentada em uma perspectiva epistemológica.

Portanto, a funcionalidade ideológica do pensamento pós-moderno ao tempo presente do capital, confirmar-se à medida que este reflete a imediaticidade fática e simbólica da sociedade tardo-burguesa, fundamentada numa argumentação antiontológica e antidialética que interdita a apreensão do concreto, do essencial e do universal. E à medida que valida e apresenta o conjunto das representações, normas, valores e padrões de conduta resultado das relações burocratizadas e manipuladas na atual fase do capitalismo como naturais, factuais, independentes da ação do homem, portanto, imutáveis (CANTALICE, 2016, p. 16).

A recusa às metanarrativas não fica apenas no campo teórico, mas expressa-se também no cotidiano profissional do/a assistente social, de forma mais visível na dimensão técnico-operativa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As requisições institucionais exigem um perfil profissional burocrata, um técnico bem treinado para dar respostas pontuais e imediatas. Essas requisições não são novidades, pois sempre acompanharam as funções profissionais, mas elas vão reeditando-se e acompanhando o tempo histórico e as novas exigências do capital.

De acordo com Barroco (2011, p. 213), “não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para uma parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas”.

As condições econômicas e políticas estiveram e continuam estando favoráveis para o recrudescimento do pensamento conservador na formação e no exercício profissional.

No quadro formativo, o perfil privatista do Ensino Superior vai solidificando-se cada vez mais com a expansão massiva do ensino à distância e o aligeiramento da formação. O contexto pandêmico acelerou esse processo, com a implementação do Ensino Remoto Emergencial, cuja forma de aparecer, segundo Portes e Portes (2021) é sua dimensão tecnológica

...que se expressa no conjunto de ferramentas e aplicativos digitais oferecidos pela modalidade não presencial. O Ensino Superior, objeto deste estudo, tem vivenciado o fenômeno da “plataformização” da vida acadêmica, com o uso massificado das tecnologias de informação e comunicação - TICS e de todo o processo de burocratização advindo dessa organização pedagógica” (PORTES E PORTES 2021, p.09).

Uma formação profissional que coloca em risco a proposta das Diretrizes Curriculares de 1996, a qual busca qualificar a formação profissional dos assistentes sociais com rigor teórico-metodológico, altera a proposta pedagógica do estágio supervisionado, expressa na Política Nacional do Estágio (2009) e ameaça a regulamentação da profissão com um discurso de desprofissionalização.

As tendências conservadoras no exercício profissional do/a assistente social também vão fortalecendo-se na medida em que, tendo a política social como mediação do seu trabalho, as alterações na configuração dos programas e serviços sociais alteram substancialmente as condições de trabalho e as respostas profissionais.

Com o fim da pandemia, algumas heranças foram propositalmente deixadas, quando observa-se, tanto na formação como no exercício profissional, a permanência do uso das

Tecnologias de Informação e Comunicação - TICS. O que era para ser transitório foi justificado, equivocadamente, como legítimo e necessário enquanto ardil do capitalismo.

As requisições profissionais estão permeadas pelo pensamento conservador, exigindo do profissional o desenvolvimento de funções burocratas, meramente tecnicistas, operativas, expropriadas de uma análise crítica das demandas sociais que apresentam-se no cotidiano profissional. O conhecimento privilegiado para o trabalho profissional é o conhecimento prático. De acordo com Maranhão (2016), persiste a lógica do “saber prático” em detrimento de elaborações teóricas que exigem ir além da manipulação imediata e superficial do cotidiano.

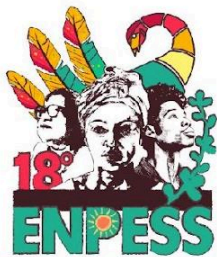
O/a assistente social passa a ser o tradutor da instituição, gerenciando os poucos recursos oferecidos pelas políticas sociais, mediados por um exercício pautado no controle dos pobres, na higienização, na individualização dos riscos sociais, na gestão da pobreza, culpabilizando os sujeitos pelos problemas sociais, com base num foro moral e comportamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário vivenciado demonstra os retrocessos advindos do conservadorismo, agudizados pela gestão do governo Bolsonaro no período de 2018 - 2022, progressista de extrema direita, que defendeu a redução dos gastos sociais do Estado com política social, e concomitantemente o desmonte dos serviços públicos. A classe trabalhadora, assim como o/a assistente social que, enquanto profissional, vende sua força de trabalho para subsistência, vêm sofrendo com os inúmeros retrocessos no campo dos direitos sociais.

No cenário de desmonte das políticas públicas, que está longe de ter ficado para trás, mesmo com a derrota de Bolsonaro nas urnas em 2022, faz-se necessário um rigor teórico- crítico para análise dos processos conjunturais buscando desvelar os pilares sustentadores do pensamento conservador. Isso porque o pensamento conservador, enquanto ideologia, foi gestado e restaurado na configuração da sociedade capitalista. Se, no início do século XVIII a ideologia conservadora colocou-se como um movimento antirrevolucionário opondo-se à Revolução Burguesa, no processo histórico e político, passou a ser defensor da burguesia, combatendo o movimento socialista.

Não se trata, portanto, de combater um governo para acabar com o pensamento conservador, ainda que a derrota bolsonarista tenha sido importante, mas de analisar que os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

valores disseminados pelo conservadorismo reforçam a reprodução da funcionalidade do capitalismo, incorporando o modo de ser, pensar e agir da burguesia.

A profissão de Serviço Social, enquanto produto histórico, não fica imune a essas determinações e o contexto econômico e político tem-se constituindo um solo fértil para a reedição da tradição conservadora na formação e no exercício profissional.

Na formação profissional do/a assistente social, a expansão do ensino à distância e do perfil privatista tem esvaziado a formação crítica e rigorosa teórica, política, metodológica e tecnicamente preconizada pelas Diretrizes Curriculares, assim como o perfil profissional projetado. Mesmo com o fim da pandemia, o que identifica-se é a permanência do uso de TICS no Ensino Superior, precarizando ainda mais a educação pública, laica e com qualidade.

No exercício profissional, as contrarreformas do Estado e os impactos nas configurações nas políticas sociais pelo viés seletista, fragmentado e residual têm exigido requisições profissionais sob a lógica tecnicista, residual, controlista e familista que reforçam a necessidade do controle da classe trabalhadora, numa perspectiva de ajustamento e moralização da vida social.

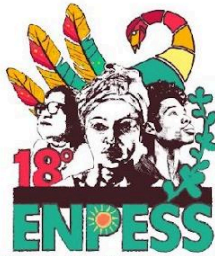
As práticas terapeutizadas, que extrapolam as atribuições privativas do/a assistente social, também colocam-se como ameaças à direção social da profissão porque disseminam e reforçam um viés moralista, psicossocial e conservador no exercício profissional.

Entender os pilares de sustentação do pensamento conservador é uma tarefa inadiável para os/as assistentes sociais para que se criem possibilidades de espaços de reflexão com rigor analítico para desvendar a forma como o conservadorismo vem se reatualizando com o intuito de reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto éticopolítico. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 106. São Paulo: Cortez, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 104. São Paulo: Cortez, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Trad. Renato de Assumpção, Denis Fontes de S. Pinto e Carmen Lídia R.R. Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CANTALICE, Luciana. Neoconservadorismo na Produção do Conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o Projeto Profissional. *Temporalis*, v.16, n.32, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço social brasileiro em tempos de mundialização do capital. *In: Serviço Social na História: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.

MARANHÃO, César. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. *In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (org.). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.

NISBET, Robert. *O Conservadorismo*. Lisboa: EDITORIAL ESTAMPA, 1987. p. 45-115.

PORTES, Lorena Ferreira; PORTES, Melissa Ferreira. O trabalho docente no ensino superior em tempos de ensino remoto emergencial (ERE). *In: Revista Libertas*, Juiz de Fora. v.21, n. 2, p. 533-553, jul/dez, 2021.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANT'ANA, Raquel Santos; SILVA, José Fernando Siqueira da. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. *In: Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 351-372, jul. / dez. 2020.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, nº 122, edição de abr. -jun/2015.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. *Tendências Ideológicas do conservadorismo. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco*. Recife. Tese de Doutorado. 2016. Disponível em : <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18011>.